



ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CBH PIRANHAS-AÇU

1  
2  
3 Aos onze dias do mês de dezembro do ano de 2009, no Centro de Treinamento Diocesano, na  
4 cidade de Patos/PB, a Presidente do CBH Piranhas-Açu, Sra. Cybelle Frazão Costa Braga, às  
5 08h30min, em 2ª convocação, com a presença de cinquenta por cento mais um, após trinta  
6 minutos da primeira convocação que não atingiu a presença mínima de 2/3 dos membros do  
7 CBH PA, deu início à reunião, dando boas vindas aos membros presentes e ressaltando a  
8 importância da Oficina de Planejamento ocorrida nos dias 09 e 10 de dezembro, a qual  
9 antecedeu a 2ª Reunião Ordinária, com o objetivo de facilitar o conhecimento entre os  
10 membros do Comitê, procurando identificar nível de representatividade, trabalhos  
11 desenvolvidos, compromisso com o Comitê e promover a integração entre os mesmos; nivelar  
12 o conhecimento dos membros do Comitê sobre os princípios básicos da gestão de recursos  
13 hídricos, a estrutura do sistema e as atribuições do Comitê; e por fim identificar os principais  
14 desafios e definir um planejamento e cronograma de ações prioritárias para o CBH Piranhas-  
15 Açú. A Sra. Presidente informou a necessidade de se ausentar da reunião antes do seu término  
16 por ter sido convocada pelo governador do Estado da Paraíba para participar de uma  
17 solenidade em João Pessoa e que passaria a coordenação dos trabalhos ao Vice-Presidente do  
18 Comitê o Sr. José Procópio Lucena. Dando continuidade a Assembléia pediu a palavra o  
19 Secretário de Planejamento da cidade de Patos, Sr. Sebastião Vicente de Lima, para justificar  
20 a ausência do Prefeito da cidade anfitriã do evento e desejou que a reunião fosse exitosa em  
21 seus propósitos. O Sr. Procópio destacou a satisfação de estar presente nessa reunião e  
22 justificou sua ausência na Oficina de Planejamento devido a outros compromissos  
23 anteriormente assumidos. A 1ª Secretária do Comitê, Sra. Maria Geny Formiga de Farias, deu  
24 início à leitura da pauta da reunião e solicitou a inversão de alguns pontos levando em  
25 consideração a necessidade da ausência da Presidente do CBH Piranhas-Açu. Em seguida,  
26 chamou os membros suplentes para assumirem a titularidade e colocou em votação a inversão  
27 da pauta, havendo concordância total da plenária com a questão. Na reunião foram tratados os  
28 seguintes pontos de pauta: **1) Aprovação da ATA da 1ª Reunião Ordinária:** a ATA da  
29 reunião foi aprovada sem ressalvas. O Sr. Fernando Carvalho Ribeiro, representante dos  
30 usuários (PETROBRÁS) sugeriu que a minuta da ATA fosse encaminhada via e-mail e as  
31 modificações que fossem necessárias deveriam ser realizadas via e-mail, fax ou telefone e que  
32 na próxima reunião não houvesse mais discussões e a ATA já viesse pronta para ser  
33 apresentada aos participantes daquela reunião. A proposta foi aprovada pela plenária. **2)**  
34 **Avanços da gestão nos Estados: Comitê Único:** a Presidente do CBH Piranhas-Açu iniciou  
35 sua apresentação sobre o Comitê Único, discorrendo sobre a Nota Técnica subscrita pelos  
36 Estados da PB e do RN, discutida nos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos desses  
37 estados, acerca do reconhecimento do Comitê Piranhas-Açu como Comitê Único. Explicou a  
38 situação do reconhecimento do Comitê Único pelos governadores dos dois estados e a  
39 tramitação do processo para a publicação dos decretos. Após a apresentação sobre o Comitê  
40 Único, o Sr. Clemilson Jackson Barros Lacerda, representante de usuários (Aqüicultura)  
41 solicitou constar em ATA que na próxima reunião do CBH Piranhas-Açu tenha um ponto de  
42 pauta a respeito da pesca predatória e que o Comitê possa solicitar ao IBAMA e ao DNOCS  
43 uma fiscalização para que a pesca predatória não ocorra. A Sra. Dayse Fontenelle de Melo  
44 Antunes, representante do poder público federal (DNOCS), falou que o DNOCS não tem  
45 poder de fiscalização e atua nessa área na realização de palestras educativas para evitar o  
46 problema. O Sr. Hermano de Oliveira Rolim, representante das organizações civis (UFPB),  
47 afirmou que a SUDEMA é o órgão responsável por essa fiscalização no Estado da PB. A 1ª

1

48 Secretária, Sra. Geny Formiga, solicitou que esses assuntos ficassem para outro momento da  
49 reunião e que os questionamentos e colocações se limitassem ao assunto em pauta, ou seja, ao  
50 Comitê Único. Não havendo nenhum questionamento, a Sra. Geny Formiga passou para o  
51 próximo ponto de pauta: **3) Marco Regulatório do Sistema Curema-Açu:** foi convidado o  
52 Sr. José Carlos de Queiroz, representante da Agência Nacional de Águas - ANA, que fez uma  
53 apresentação sobre o Marco Regulatório, trabalho iniciado pela ANA juntamente com o  
54 DNOCS e os órgãos gestores dos recursos hídricos dos estados da PB e do RN a partir do ano  
55 de 2003, com o objetivo de: estabelecer o Marco Regulatório, cadastrar e regularizar os usos  
56 dos recursos hídricos e promover a gestão participativa e descentralizada. O instrumento legal  
57 do estabelecimento do marco é a Resolução 687/2004 – ANA, que define uma divisão do  
58 Sistema em 6 trechos; a quantidade de água disponível em cada trecho, e quanto de água para  
59 cada tipo de uso (irrigação, aquicultura, abastecimento etc.); a vazão de passagem da Paraíba  
60 para o Rio Grande do Norte de 1,5m<sup>3</sup>/s nos primeiros cinco anos e de 1,0m<sup>3</sup>/s nos cinco anos  
61 seguintes; os usos dispensados de outorga (<0,5l/s = 1,8m<sup>3</sup>/h); e a realização de uma campanha  
62 de regularização de usuários do sistema. Além disso, o Sr. José Carlos concluiu que o  
63 estabelecimento da metodologia de pacotes de água acabou engessando o processo de outorga  
64 e que há necessidade de revisão do Marco; que o estabelecimento de marcos regulatórios é  
65 atividade inerente ao Plano de Bacia; e que é altamente recomendável que o CBH Piranhas-  
66 Açú acompanhe esse processo de revisão. O Sr. Celso de Macedo Veiga, representante do  
67 poder público estadual (IGARN) ressaltou a necessidade de solicitação da revisão do Marco  
68 Regulatório, pelas mudanças na demanda de consumo ocorridas no período. O Sr Everaldo  
69 Pinheiro do Egito, representante de usuários (CAGEPA), indagou se não haveria uma  
70 tendência para o aumento do consumo com a construção da Barragem de Oiticica. O Sr.  
71 Nelson César, representante do poder público estadual (IGARN), falou sobre o CBH  
72 Piranhas-Açu assumir o compromisso de solicitar da ANA a revisão do Marco Regulatório, já  
73 que o que está posto hoje se encontra engessado, prejudicando alguns pedidos de outorgas de  
74 direito de uso da água de indústrias do RN. O Sr. Félix Fialho, representante do poder público  
75 estadual (SEMARH-RN), questionou se a revisão do Marco Regulatório não estaria  
76 contemplada dentro da elaboração do Plano de Bacia, o que deveria resultar numa revisão  
77 mais detalhada. O Sr. Fábio Góis, representante do poder público estadual (IDEMA), falou  
78 sobre a criação de uma câmara técnica ou grupo de trabalho, com prazos estabelecidos para  
79 acompanhar junto com a ANA e órgãos gestores da PB e do RN a revisão do Marco  
80 Regulatório e que poderia ser feita uma revisão provisória até o Plano de Bacia ser elaborado.  
81 O Sr. Josué Diniz representante de usuários (irrigação e agropecuária) afirma que muitas  
82 pessoas deixam de usar a água outorgada e não comunicam aos órgãos gestores e que se faz  
83 necessário um meio de comunicação para isto e uma atualização cadastral dos usuários. O Sr.  
84 Orígenes, representante de usuários (TRÊS M Empreendimentos Ltda.) concorda com Félix  
85 Fialho e Fábio Góis com relação à solicitação de revisão do Marco Regulatório e também com  
86 relação ao Plano de Bacia, mas acha que isso tudo demanda algum tempo para se concretizar  
87 e acredita que o CBH Piranhas-Açu deve abrir uma janela para as questões mais urgentes.  
88 Ressalta ainda, que na revisão do Marco Regulatório deveria ser criado um sétimo trecho  
89 para: carcinicultura, pescadores, salineiros, que ficam presos a outorga da água salgada, não  
90 prejudicando o abastecimento de outros usos. O Sr. José Carlos, da ANA, questionou a todos  
91 como seria o encaminhamento dessas questões e informou que foi encaminhado pela ANA  
92 aos órgãos financiadores as informações sobre os usuários outorgáveis ou não. O Sr. Ailton de  
93 Souza, representante de organização civil (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sousa)  
94 propôs que, se as Associações têm o controle dos associados então os usuários poderiam

95 solicitar outorgas através delas. A 1ª Secretária, a Sra. Geny Formiga, afirmou que a Diretoria  
96 do Comitê pode assumir o compromisso de tentar mediar os conflitos existentes nessa área,  
97 reunindo os órgãos envolvidos e os usuários interessados. Afirmou também que a ANA é  
98 responsável pelas outorgas e a Diretoria Colegiada do Comitê indagaria para saber se pode  
99 haver a delegação aos Estados. O Sr. Josemá de Azevedo, representante de organização civil  
100 (ABES-RN), solicitou a votação pelos presentes, sugerindo duas alternativas: 1) que a CTPI  
101 provoque a ANA para a revisão imediata do Marco Regulatório, levando em consideração os  
102 assuntos urgentes e a delegação de competências de outorga; 2) O próprio CBH Piranhas-Açu  
103 dê autonomia à CTPI e aos órgãos gestores para deliberações urgentes com relação às  
104 outorgas. O Sr. Joaquim Araújo de Melo Neto, representante de organização civil (SOS  
105 Sertão), solicitou o cumprimento urgente do Regimento Interno com relação aos membros  
106 faltosos. O Sr. Daniel Romano, representante de usuários (Del Monte), solicitou informações  
107 com relação a sua inclusão na CTPI, ressaltando que a empresa que ele representa monitora a  
108 qualidade da água num trecho do rio, através de 37 pontos de coleta. Questionou ao  
109 representante da ANA, Sr. José Carlos a interligação dos reservatórios e ressalta sua  
110 preocupação como usuário acerca do monitoramento da quantidade. O Sr. Celso Veiga,  
111 afirma que o Marco Regulatório não deverá ser feito como ocorreu inicialmente, mas apenas  
112 será revisado. A Sra. Maysa Gadelha, representante de usuários (Federação das Indústrias do  
113 Estado da PB) ressaltou sua preocupação com a agilidade para se revisar o Marco  
114 Regulatório, a pressa do setor privado com relação às questões urgentes não se traduz na ação  
115 das instituições estatais, que geralmente dão o ritmo (mais lento) aos processos. O Sr. Rodrigo  
116 Flecha, Superintendente de Apoio à Gestão de Recursos Hídricos da ANA, falou na  
117 possibilidade das outorgas serem concedidas em pacotes para as Associações; com relação à  
118 revisão do Marco Regulatório, o Sr. Rodrigo Flecha disse que os órgãos gestores estaduais  
119 (PB e RN), juntamente com a ANA podem tomar a iniciativa conjunta para a realização de  
120 sua revisão. Afirmou que é preciso rever o cadastro de usuários e levar em consideração que o  
121 Plano de Bacia tem seu ritmo mais lento. Rodrigo também colocou a necessidade de incluir a  
122 revisão do Marco Regulatório na Agenda do Comitê, discutida nos dois dias que antecederam  
123 esta segunda reunião ordinária. A 1ª Secretária, Sra. Geny Formiga colocou em votação se o  
124 CBH Piranhas-Açu queria a revisão do marco regulatório e após sua confirmação, por  
125 unanimidade pela plenária, perguntou como seria esta revisão: ficou definido que o Comitê  
126 solicitaria a revisão a ANA, que a executaria com o apoio dos órgãos gestores dos estados da  
127 PB e RN e que o acompanhamento da revisão seria uma atribuição da CTPI e que a revisão  
128 deveria ser acrescida na Agenda Plurianual do Comitê. A Sra. Geny Formiga, solicitou  
129 alteração no ponto de pauta, deixando os informes para o fim da reunião e convidou o Sr. José  
130 Carlos da ANA, para dar início a apresentação do quarto ponto de pauta **4) Deliberação**  
131 **sobre o edital para seleção e contratação de OSCIP para apoio ao funcionamento do**  
132 **CBH Piranhas-Açu:** o Sr. José Carlos afirmou que a minuta do edital foi analisada, discutida  
133 e aprovada pela CTPI em sua 1ª reunião realizada em Itaporanga/PB nos dias 04 e 05 de  
134 novembro e que a minuta de deliberação nº 04, anteriormente enviada a todos os membros em  
135 meio digital e por correio tinha sofrido pequena alteração. Dando continuidade a sua  
136 apresentação, o Sr. José Carlos apresenta o que é uma OSCIP (Organização da Sociedade  
137 Civil de Interesse Público) e qual o seu papel. Afirmo que o CBH Piranhas-Açu é um órgão  
138 colegiado, que precisa de suporte para o bom desempenho de suas competências e atribuições.  
139 Informa que o objetivo do edital é selecionar uma OSCIP para o desenvolvimento de  
140 atividades que visam apoiar as ações do Comitê por intermédio da implantação de um centro  
141 de apoio que atuará como sede da secretaria executiva do Comitê, para executar as atividades

142 de organização interna; planejamento de suas atividades; comunicação e mobilização social;  
143 capacitação para a gestão; e organização de eventos. Informou ter conhecimento da existência  
144 de duas OSCIPS com experiência em atividades dessa natureza, na área de abrangência da  
145 Bacia Hidrográfica. Apresentou em resumo alguns itens do edital, ressaltando alguns  
146 aspectos: que a ANA proverá a infra-estrutura do centro de apoio, o que inclui as despesas  
147 com locação do imóvel que servirá como sede da Secretaria Executiva do Comitê e todos os  
148 equipamentos necessários ao desenvolvimento de suas atividades; que profissionais são  
149 necessários e as etapas de seleção; a minuta do termo de parceria tem por objeto o alcance,  
150 pela OSCIP, das metas constantes no programa de trabalho, detalhado no Anexo I do edital,  
151 no exercício de atividades que visam apoiar as ações do Comitê; e por fim, apresentou a  
152 minuta do próprio programa de trabalho e informou que o edital redigido e revisado para  
153 contratação da OSCIP tem parecer favorável da CTPI, ressaltando que foram analisados todos  
154 os itens e 54 subitens que compõem o mesmo. Em seguida informou que o edital será  
155 aprovado pela plenária através da deliberação nº. 04 que trata da contratação da OSCIP e que  
156 a previsão de lançamento do mesmo é março de 2010. O Sr. Josué Diniz, diz que as  
157 responsabilidades são grandes na contratação desta OSCIP, que será preciso prestar contas,  
158 dar transparência às suas atividades, para que não haja riscos com a aplicação dos recursos. O  
159 Sr. José Carlos explicou sobre a responsabilidade da OSCIP no que diz respeito à prestação de  
160 contas. A Sr. Geny Formiga disse que a CTPI submeteu à Diretoria do Comitê o Parecer nº  
161 001/2009-CTPI que aprova a minuta do edital para contratação da OSCIP e convidou o Sr.  
162 Joaquim Araújo, relator da CTPI para fazer a leitura do mesmo aos presentes. O Sr. José  
163 Silvino, representante do poder público municipal (PM Itaporanga), colocou a necessidade de  
164 se ter mais alternativas de contratação, não engessando o projeto e que o edital restringe a  
165 competitividade. O Sr. Fernando Carvalho Ribeiro, representante de usuários  
166 (PETROBRAS), também acredita que o edital está restringindo a participação e a  
167 competitividade. A Sra. Maysa Gadelha pergunta da possibilidade de se modificar o edital e  
168 acredita que o perfil do coordenador geral da empresa a ser contratada poderia ser menos  
169 restritivo se fosse retirada a exigência do mestrado e doutorado e a experiência de 03 anos de  
170 trabalho na área. O Sr. Celso Veiga acha que o Edital pode ampliar a experiências para outras  
171 áreas, como por exemplo, o semi-árido. O Sr. Silvino questionou a exigência pela  
172 personalidade jurídica de OSCIP. O Sr. Josemá, falou que acredita ter mais do que duas  
173 OSCIPS nessa região. O Sr. Hermano, representante de organização civil (IFPB) diz que se  
174 devem exigir experiências em projetos na região do semi-árido brasileiro e não apenas na área  
175 da bacia. A Sra. Flávia Rodrigues, especialista em recursos hídricos (SAG/ANA) sugeriu que  
176 a exigência na experiência em projetos na Bacia deva ser um requisito de pontuação e não de  
177 exclusão. O Sr. Rodrigo Flecha afirmou que a ANA tem a capacidade de resolver a questão  
178 pela sua experiência em contratações para esse fim, em projetos dessa natureza. O Sr.  
179 Fernando Ribeiro propôs que se colocasse em votação a proposta atual, questionando sobre a  
180 ampliação da área de experiência de projetos. O Sr. Hermano diz ter preocupação com  
181 delimitação de experiência da região nordeste, ao invés de semi-árido, pois existem  
182 questionamentos quanto à delimitação espacial da região do semi-árido brasileiro. O Sr.  
183 Rodrigo solicitou ter carta branca do Comitê para negociar as modificações necessárias  
184 inclusive com o aval da Procuradoria Jurídica da ANA. O Sr. Fábio Góis acredita que os  
185 critérios para delimitação da espacialidade das experiências por questões lógicas podem ser o  
186 do Bioma Caatinga. O Sr. Félix Fialho disse que para objetivar a discussão deve-se deixar  
187 essas decisões para a Diretoria do Comitê, juntamente com a ANA, para procederem as  
188 modificações necessárias. O Sr. Hermano não concordou que a ANA fique com carta branca

189 para resolver a questão. O Sr. Josué ressaltou que a ANA vai enquadrar as solicitações e  
190 ressalvas solicitadas dentro da lei. Após muitas discussões o Sr. Procópio, coordenador dos  
191 trabalhos, lembrou aos presentes que o Comitê não tem caráter burocrático e é preciso partir  
192 do princípio de que estamos lidando com instituições representadas por técnicos honestos e  
193 propôs um intervalo para o lanche. No retorno à reunião deu-se por encerradas as discussões e  
194 a Sra. Geny Formiga após resumo e ordenamento das diversas propostas discutidas colocou  
195 em votação uma proposta que, se aprovada, demandaria mais uma votação, da seguinte forma:  
196 1ª proposta em votação: Queremos a contratação da OSCIP para apoiar as atividades do  
197 Comitê? Apenas o Sr. Silvino fez declaração do seu voto contrário a proposta e solicitou que  
198 se fizesse constar em ATA. Tendo sido aprovada pela maioria a proposta de contratação de  
199 OSCIP, a Sra. Geny prosseguiu a votação apresentando a proposta seguinte: Aprovação do  
200 Parecer 001/2009 da CTPI, com 02 ressalvas: 1ª, no item 4.1.3 I b- *“comproventes da*  
201 *qualificação técnica mínima do indicado a Coordenador Geral quanto à formação*  
202 *acadêmica de nível superior (3º grau) e experiência profissional de 01 (um) ano em cargos*  
203 *de direção ou coordenação de entidades” ao invés de 03 (três) anos* e no item 4.1.3 I c-  
204 *“comprovante de desenvolvimento pela OSCIP de, pelo menos, 1 (um) projeto em gestão*  
205 *ambiental ou em recursos hídricos no semi-árido brasileiro, por meio de atestado de*  
206 *capacidade técnica fornecido pelo contratante e cópia do relatório de conclusão do projeto”*  
207 *ao invés de na área da bacia hidrográfica do rio Piranhas-Açu* e a 2ª ressalva no item  
208 4.2.1.1 (Qualificação Técnica Adicional do Coordenador Geral) – *“que a experiência na área*  
209 *de recursos hídricos ou ambiental na área de abrangência da bacia do rio Piranhas-Açu*  
210 *fosse mais pontuada do que a experiência fora dela”*. O Sr. Silvino reafirmou que se  
211 incluísse na ATA sua declaração de voto por ser contrário à proposta. A Sra. Geny Formiga  
212 prosseguiu iniciando a leitura da Deliberação nº. 04/2009. O Sr. Fernando solicitou  
213 acrescentar ressalva na Deliberação, a Sra. Laélia de Melo, representante do poder público  
214 estadual (SEMARH-RN) informou que não se pode aprovar uma deliberação com ressalvas  
215 em seu texto. Encerradas as discussões a Sra. Geny Formiga colocou em votação a proposta  
216 de deliberação nº. 04/2009 que foi aprovada pela maioria da plenária; o Sr. Fernando solicitou  
217 o registro em ATA do seu voto contrário à aprovação da Deliberação nº 04/2009. O Sr.  
218 Silvino também pediu o registro em ATA de seu voto contrário à aprovação. **5) Deliberação**  
219 **sobre a Agenda Plurianual de Atividades:** a Sra. Geny Formiga, 1ª Secretária convidou a  
220 Sra. Flávia (ANA), para apresentar o resultado da Oficina de Planejamento (realizada nos  
221 dias 09 e 10/dez) com a proposta de Agenda Plurianual de Atividades do CBH Piranhas-Açu  
222 para o período 2010-2013. O Sr. Joaquim, falou sobre o Projeto de Revitalização de Matas  
223 Ciliares (reflorestamento) - Projeto FIERN e ressaltou a importância da articulação com  
224 projetos dentro da agenda proposta para o Comitê. O Sr. Procópio, Vice-Presidente do  
225 Comitê, falou sobre o término do prazo para averbação da reserva legal em 30/06/11, também  
226 ressaltou que o CBH Piranhas-Açu deve estimular as experiências de APPs, Reserva Legal e  
227 UC para preservação e conservação do Bioma Caatinga. O Sr. Francisco de Assis Medeiros,  
228 representante do poder público municipal (Prefeito de Parelhas/RN), informou aos presentes  
229 sobre o projeto de revitalização da Bacia do Rio Cobra que consistirá na construção de  
230 barragens subterrâneas, renques de contenção e reflorestamento da mata ciliar da micro bacia.  
231 O Sr. Procópio falou que a integração dos projetos deve ocorrer sem a citação de nomes das  
232 instituições envolvidas para que não se caracterize propaganda de ações de governo. O Sr.  
233 José Carlos (ANA) falou que é preciso buscar as parcerias com todos esses projetos de forma  
234 a integrá-los na agenda do comitê e que para isso é preciso sim, citar nomes das instituições  
235 públicas e privadas envolvidas. O Sr. Ilauro afirmou que a Diretoria não deve perder o foco

236 do planejamento elaborado pelos membros do CBH Piranhas-Açu. O Sr José Carlos se  
237 colocou a disposição para ir fazendo os registros necessários aos ajustes à agenda proposta à  
238 medida que fossem sendo apresentados e aceitos pela plenária. Após apresentação, discussão  
239 e definição de cada ação proposta para a agenda a Sra. Geny Formiga colocou em votação a  
240 aprovação da Deliberação nº. 05/2009 que aprova a Agenda Plurianual de Atividades do  
241 Comitê para o período 2010-2013. **6) Informes Gerais:** a Sra. Geny Formiga começou então  
242 a dar os informes gerais: os membros eleitos e indicados que estão faltando as reuniões do  
243 Comitê, sem apresentar justificativas, serão contactados através de suas instituições conforme  
244 prevê o Regimento Interno do Comitê. Com relação ao CREA da PB, que até o presente  
245 momento não indicou seu representante, deverá ser contactado novamente e dado um prazo  
246 para que essa indicação seja feita. O Sr. Silvino se coloca à disposição do CBH Piranhas-Açu  
247 para fazer uma visita ao Presidente do CREA-PB e informá-lo da importância de sua  
248 participação no Comitê. O Sr. Hermano falou da participação do CREA no processo anterior a  
249 instalação do CBH Piranhas-Açu. O Sr. Fernando sugeriu dar um prazo para que o CREA-PB  
250 indique seu representante e depois aplicar o que está proposto no Regimento Interno do  
251 Comitê. A proposta foi aprovada pela plenária. Se o CREA não indicar seu representante será  
252 substituído. O Sr. Josué justificou sua ausência na cerimônia de posse dos membros e na  
253 primeira reunião ordinária ocorrida em Caicó/RN. O Sr. José Rodrigues Filho indagou sobre o  
254 processo de renúncia de membros e a Sra. Geny Formiga lhe explicou que deve ser assinado  
255 um Termo de Renúncia do Membro e encaminhado à Diretoria do CBH Piranhas-Açu para  
256 que sejam tomadas as providências para a substituição do membro, conforme prevê o  
257 regimento do Comitê. O Sr. José Rodrigues apresentou à mesa um requerimento dos  
258 carroceiros de Piancó sobre a dificuldade de conseguir o licenciamento para a atividade de  
259 retirada de areia no rio Piancó junto a SUDEMA (órgão responsável pela emissão da licença  
260 no Estado da Paraíba) e pediu o apoio do Comitê junto à SUDEMA. Informou ainda da  
261 Notificação que recebeu do Ministério Público da Paraíba após ter feito um requerimento  
262 sobre a proibição da pesca predatória no período da piracema no rio Piancó. O MP quer que o  
263 mesmo apresente documentação comprobatória de que é membro do CBH Piranhas-Açu. Foi  
264 orientado a apresentar seu Termo de Posse. O Sr. Procópio informou que o Comitê como  
265 órgão político deliberativo deve se articular com os diversos órgãos, ministérios, secretarias e  
266 outros que atuam nas áreas de recursos hídricos, meio ambiente e infra-estrutura urbana e que  
267 a Diretoria deverá se reunir em breve para definir sua agenda de trabalho e agendar estas  
268 visitas. Disse ainda que o Comitê deve cumprir as deliberações e cobrar de quem também for  
269 responsável pelo seu cumprimento. A Sra. Geny respondeu a indagação do Sr. Daniel sobre  
270 seu interesse em também participar da CTPI, informando-o que qualquer membro pode  
271 participar das reuniões da CTPI e quando houver vaga poderá se candidatar. O Sr. Fábio Góis  
272 falou dos problemas de poluição do rio Piranhas-Açu no município de Jardim de Piranhas  
273 onde a população usa produtos para tingimento e não tem sistema de esgotos. Que está sendo  
274 firmado um termo de ajustamento de conduta com o IDEMA e que no prazo de 18 meses terá  
275 solução para o problema. Falou também da questão do lixo na região do Seridó e dos  
276 abatedouros públicos e privados de animais sem qualquer cuidado com a poluição do rio e da  
277 necessidade de projetos para resolução desses problemas. A Sra. Geny lembrou que com a  
278 solicitação do levantamento de informações de estudos e projetos proposto na Agenda do  
279 Comitê junto aos órgãos da administração pública federal e estadual se conhecerá os projetos  
280 em andamento para a Bacia Hidrográfica do rio Piranhas-Açu. O Sr. Josué falou da  
281 necessidade de projetos e a preocupação se os trabalhos vão ser de cima para baixo ou não.  
282 Falou também do apoio do prefeito de São Bento na formação do CBH Piranhas-Açu. A Sra.



## COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PIRANHAS-AÇU

---

---

283 Geny lembrou que o Projeto de Integração do São Francisco também contempla projetos e  
284 obra de saneamento básico na Bacia do Piranhas-Açu. Ainda nos informes lembrou a próxima  
285 reunião do Comitê que já está agendada para os dias 20 e 21/05/2010 na cidade de Currais  
286 Novos/RN. Agradeceu a presença, a participação e a colaboração de todos e deu por  
287 encerrada a reunião. Esta ata foi lavrada e assinada por mim, Laélia Maria Lira Ferreira de  
288 Melo, por Dayse Fontenelle de Melo Antunes seguido das assinaturas da Diretoria Colegiada.

Patos/PB, 11 de dezembro de 2009.

---

Laélia Maria Lira Ferreira de Melo  
Secretária da 2ª Reunião Ordinária

---

Dayse Fontenelle de Melo Antunes  
Secretária Auxiliar da 2ª Reunião Ordinária

### DIRETORIA COLEGIADA

---

Cybelle Frazão Costa Braga  
**Presidente**

---

José Procópio Lucena  
**Vice-Presidente**

---

Maria Geny Formiga de Farias  
**1ª Secretária**